

Os Modelos de Insurreição e de Contra-Insurreição

Doutor John A. Lynn

AS OPERAÇÕES de contra-insurreição, queiramos ou não, fazem parte do nosso futuro. A reconstrução de estados e a contra-insurreição são as principais tarefas das Forças Armadas dos EUA. O General Anthony Zinni, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, observa que “os conflitos militares já mudaram e estamos relutantes em aceitar este fato. Derrotar as forças de um estado-nação por meio de um conflito convencional não é a tarefa para o século XXI. As missões irregulares para derrotar ameaças transnacionais ou reconstruir estados estão na moda, contudo, ainda não nos adaptamos”.¹ Para Zinni, reconstrução de nações, manutenção de paz e contra-insurreição não são operações militares de não-guerra, elas são guerra.

Thomas Barnett, no seu livro *The Pentagon's New Map*, insiste que para extinguir o terrorismo, teríamos de integrar o mundo em uma economia global, dando a cada indivíduo uma parte, ou seja, se os terroristas viajarem no mesmo trem, eles não desejarão explodir os trilhos.² Barnett acrescenta que quando os incentivos não são o suficiente para o bem-estar comum, é necessário forçar os regimes relutantes a se unirem com o resto do mundo. Para tal seriam necessárias algumas forças de manobra para coagir a mudança de regime, seguido por uma operação de reconstrução nacional para criar estabilidade e segurança diante de algum nível de insurreição.

A medida que antecipamos futuras insurreições, é proveitoso examinarmos alguns exemplos do passado. Aqui começa o trabalho do historiador militar. O passado não nos fornece os regulamentos, apenas nos alerta para as dinâmicas e assuntos importantes. O passado jamais poderá substituir o conhecimento do desafio atual, mas pode ajudar a interpretá-lo.

O Modelo Básico de Insurreição e de Contra-Insurreição

O modelo histórico de insurreição e contra-insurreição apresentado neste artigo é uma tentativa de interpretar sensatamente a guerra de insurreição durante a segunda metade do século XX e entender as ameaças que surgem no século XXI. Durante a Guerra Fria, o “lar” de uma insurreição era, geralmente, um país, porém uma insurreição poderia também surgir em apenas uma parte de um país. Hoje, pelo contrário, é mais provável que a insurreição atravesse as fronteiras, principalmente àquelas criadas sem respeito às realidades étnicas, culturais ou religiosas. O “lar” nesse modelo é representado como uma caixa com os lados definidos pelas características geográfica, étnica, econômica, social, cultural e religiosa. Dentro dessa caixa se encontram os governos, as forças contra-insurretas, os líderes insurretos, as forças insurretas e a população em geral, que é composta de três grupos: aqueles comprometidos com os insurretos, os comprometidos com os contra-insurretos e os neutros, que simplesmente querem continuar com sua vida normal. Com frequência, mas nem sempre, estados ou grupos que auxiliam um lado ou o outro se encontram fora da caixa. A intervenção fora da caixa possui suas próprias dinâmicas.

Nas “guerras de libertação” anti-colonialistas, nacionalistas e marxistas do passado, o governo vigente e seus adversários insurretos lutaram pelo complexo e crucial tema da legitimidade; isso é, qual governo é considerado a autoridade legítima? Os governos reivindicam legitimidade baseada na história, ideologia, cultura, economia, força — e, às vezes, na representação política. Antes da queda da União Soviética, as ideologias marxista, nacio-

nalista ou, no caso do Afeganistão, religiosa, respaldaram a reivindicação de legitimidade por parte dos insurretos, porém reclamações específicas contra o governo vigente geralmente supriam os argumentos mais convincentes para reivindicar a legitimidade. Em qualquer luta pela obtenção da lealdade, o regime vigente talvez não seja capaz de superar a ideologia insurreta, mas pode desafiar suas reivindicações de legitimidade ao enfrentar e resolver reclamações.

Entretanto, embora instituir reformas implique em um progresso bem intencionado, a reforma era, e ainda é, uma faca de dois gumes. Quando um governo relativamente seguro adota reformas na hora certa, ele demonstra sua boa-vontade e fortalece sua legitimidade, mas as reformas repentinamente improvisadas podem ser vistas como uma prova de fraqueza, um esforço de última hora para manter o controle do poder. Quando um poder externo dita as reformas, como no caso do Vietnã, estas são freqüentemente consideradas uma submissão a uma força e princípios estrangeiros. As reformas para mudar a caixa e eliminar as reivindicações ou queixas não destroem automaticamente o apoio aos insurretos; tudo depende das circunstâncias. Ademais, a reforma não é realizada somente dentro da caixa, ela muda a própria caixa, freqüentemente com conseqüências desconhecidas.

Historicamente, a prova crucial da legitimidade era a capacidade de uma ou outra parte garantir a segurança da população. Para que isso possa ser entendido, devemos considerar a natureza do apoio popular. Aqueles que dependem do governo defendem suas reivindicações de legitimidade. Podem ter outras razões mais altruístas para respaldar o regime no poder, ou simplesmente para beneficiar-se do status quo em um sentido puramente material, como por exemplo, os latifundiários.

Na outra extremidade se encontram aqueles que estão completamente comprometidos com os insurretos. Este segmento da população nega a legitimidade do governo e aceita a dos insurretos. A existência de uma insurreição implica em uma base de apoio popular que sustenta ativamente, ou pelo menos tolera os insurretos. Mao Tse-tung falou dos guerrilheiros como peixes no mar, uma metáfora que sugere que existe um grande mar de apoio e os peixes não podem sobreviver fora do mesmo.

A necessidade de uma base de apoio sempre determina as ações dos insurretos e contra-insurretos. Entre os dois segmentos comprometidos da população está a maioria que é essencialmente neutra na luta partidária. O partido contendor — seja o governo ou os insurretos — que melhor garante a segurança recebe maior apoio, mesmo com certa má vontade. Nestas situações, a tarefa do governo é mais difícil do que a dos insurretos. O governo tem de demonstrar que pode eficazmente derrotar os insurretos ao mesmo tempo em que protege a

população. Os insurretos apenas têm de demonstrar que podem proteger melhor a população ou, mais fácil ainda, estabelecer um nível de caos e destruição suficiente para demonstrar que as autoridades no poder não podem proteger a população. Os insurretos podem exercer sua influência ao convencer a população que a paz retornará somente se eles conseguirem o que exigem. Os insurretos podem ser eficazes mediante a destruição e sempre é mais fácil destruir que criar. É necessário o gênio de um Leonardo Da Vinci para pintar o retrato da Mona Lisa, mas é preciso somente um maníaco com más intenções e uma navalha para estraçalhar o trabalho.

A violência é o ponto central da guerra. Os insurretos atacam as repartições do governo e seus funcionários, as tropas de contra-insurreição e a população pró-governo.

Durante a Guerra Fria, o “lar” de uma insurreição era, geralmente, um país, porém uma insurreição poderia também surgir em apenas uma parte de um país. . . O “lar” nesse modelo é representado como uma caixa . . . Dentro dessa caixa se encontram os governos, as forças contra-insurretas, os líderes insurretos, as forças insurretas e a população em geral, que é composta de três grupos: aqueles comprometidos com os insurretos, os comprometidos com os contra-insurretos e os neutros, que simplesmente querem continuar com sua vida normal.

Dentre as instituições governamentais agredidas estão os órgãos administrativos e a infra-estrutura política e econômica. Os contra-insurretos respondem ao atacar os líderes da insurreição (talvez já organizados em um governo clandestino), as forças insurretas e seus partidários comprometidos. Porém, enquanto a violência é o foco central, devemos fazer uma importante distinção entre os vários tipos de violência empregados.

Robert Asprey, em seu livro clássico *War in the Shadows*, diferencia entre o que ele chama violência qualitativa versus quantitativa.³ A violência quantitativa é essencialmente indiscriminada. Pode ser medida em termos quantitativos, por exemplo, pela quantidade de munições empregadas, toneladas de bombas lançadas ou o número de corpos encontrados. A violência qualitativa, pelo contrário, é discriminatória; seleciona somente certas vítimas de forma a reduzir o número de danos colaterais à medida que maximiza o efeito político. Na guerra

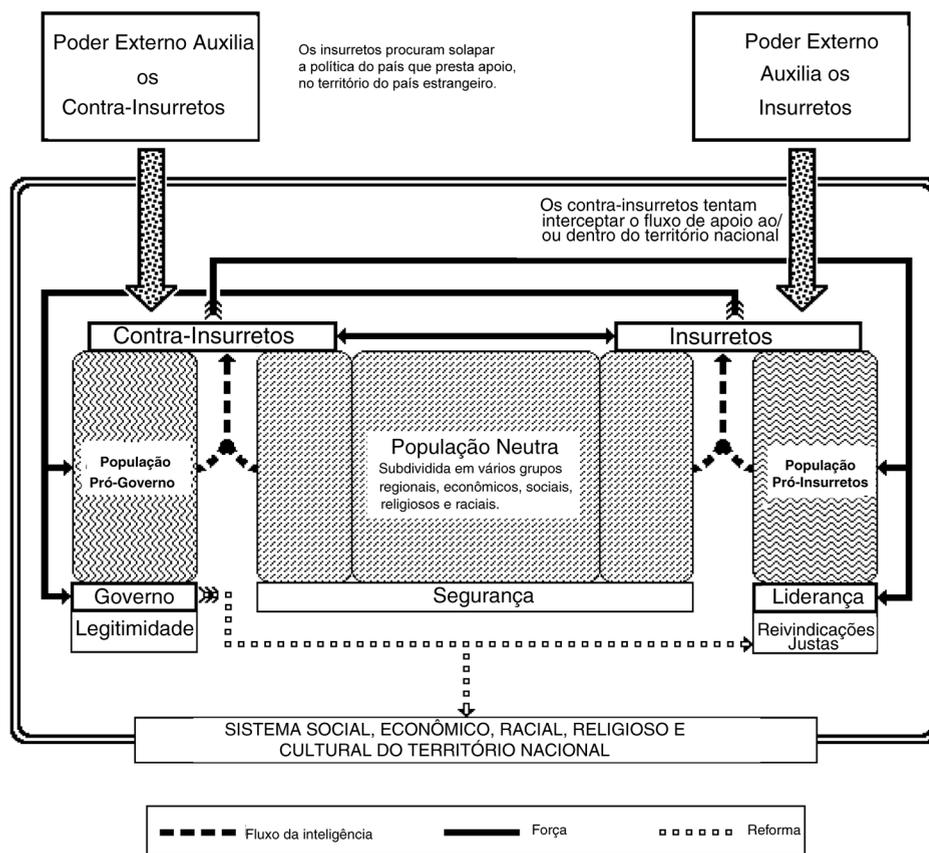


Figura 1. Modelo Básico de Insurreição e Contra-insurreição

convencional, as tropas sob fogo de uma aldeia, provavelmente pediriam um ataque aéreo, porém os insurretos na mesma situação provavelmente selecionariam os líderes do lugar e os matariam, de tal forma que deixassem uma impressão duradoura de terror. Resumindo, na violência quantitativa o que importa é o número de vítimas, na qualitativa é quem são as vítimas.

A violência quantitativa é apropriada contra insurretos organizados e bem equipados para a guerra convencional. Porém, com mais frequência, a contra-insurreição apresenta melhores resultados quando identifica um inimigo e se concentra somente nele. O emprego da violência deixa um resíduo letal. Aqueles que sofreram de uma forma ou de outra ou cujas famílias e amigos foram vítimas não apóiam os criminosos violentos, mas sentem rancor e procuram vingança. Matar um grande número de insurretos, talvez não debilite o inimigo, apenas facilita o recrutamento de novos integrantes.

Os insurretos e contra-insurretos competem para ganhar a lealdade da população, mas um poder de interventor é bem-sucedido simplesmente ao ganhar aquiescência com sua política. Falar de conquistar corações e mentes talvez

seja ilusório. Essas palavras parecem impor amabilidade e ideologia em 1º lugar, porém os atos de amabilidade não são adequados para guerreiros armados e vigilantes. Convencer a população em aceitar novas crenças é, na melhor das hipóteses, um longo processo e uma tarefa difícil para as forças estrangeiras, oriundas de outras culturas e que falam idiomas diferentes. Mas se o modelo aqui é correto, prover segurança conta muito para ganhar a lealdade e concordância.

O emprego da força pode proporcionar a segurança, mas somente quando aplicada com cuidado. As forças contra-insurretas têm que perseguir, capturar e matar os

malfetores, contudo os ataques mal planejados que sacrificam a população neutra enfraquecem a segurança. A moderação — não ferir as pessoas erradas — é a chave para o sucesso, por outro lado, a moderação é incompatível com o espírito guerreiro. Um melhor termo seria “enfoque” (a violência dirigida ao alvo apropriado e nada mais), isto é, empregar o fogo de um atirador de escol, por exemplo, ao invés de uma concentração de artilharia. A inclemência contra um inimigo conhecido não dever ser indiscriminada nem mal dirigida. Uma crueldade focalizada requer valentia. Ao conservarmos a violência para os adversários conhecidos, passamos a ser vulneráveis para o inimigo escondido na multidão. A missão de derrotar a insurreição deve ser a meta principal antes do desejo de se proteger contra qualquer ameaça possível.

Para distinguir entre amigo e inimigo é necessária uma boa inteligência. Os insurretos dependem das informações fornecidas por suas próprias atividades, pela população pró-insurreição e por aquele grupo neutro sob sua influência. Os contra-insurretos, por seu lado, dependem da inteligência decorrente de seus próprios esforços, do segmento da população pró-governo e daqueles que

acreditam que sua segurança é mais garantida pelos contra-insurretos. A inteligência sempre foi indispensável para as bem-sucedidas operações de contra-insurreição, e sempre foi muito mais fácil para os insurretos detectar os agentes do governo do que para os contra-insurretos encontrar insurretos imersos no mar da população.

Embora nem todos os atos de terrorismo possam ser qualificados como uma conduta de guerra, o terrorismo, como a guerra, consiste em violência para alcançar um resultado político. Os insurretos, com frequência empregam táticas terroristas como uma forma de violência discriminada. Na realidade, a diferença entre insurreição e terrorismo não tem tanto a ver com o tipo de violência empregada, mas com a sua frequência e proporção. Tipicamente, os terroristas trabalham em pequenas células ou até mesmo sozinhos. Os guerrilheiros, com superioridade numérica e apoio mais amplo, atacam com mais frequência e empregam uma maior variedade de táticas do que os terroristas. Mao falou de três fases de um conflito armado: a guerra de guerrilha, a coordenação das unidades guerrilheiras e as de uma força principal limitada em um conflito mais intenso e, finalmente, a guerra convencional. Podemos acrescentar a esta uma quarta fase — terrorismo — quando for a fase inicial de um conflito armado antes de ter o apoio suficiente para começar uma guerra de guerrilha.⁴

Durante a Guerra Fria, os poderes externos complicaram as dinâmicas da insurreição porque os partidários externos consideraram estes conflitos como a guerra limitada em termos clauswitzianos.⁵ Embora a vitória tenha prometido algumas vantagens, a derrota não ameaçou a existência do estado externo; esta não foi uma luta pela sobrevivência, mesmo que a guerra fosse total e ilimitada onde o vencedor leva tudo para os adversários dentro da caixa. A insurreição é uma forma de guerra assimétrica, não apenas porque os beligerantes opostos empregam tipos de armas e táticas diferentes, mas também porque têm distintos níveis de compromisso.

Na segunda metade do século XX, a maneira mais eficaz para neutralizar o apoio externo aos contra-insurretos era mudar os sentimentos do povo do país estrangeiro contra a intervenção. O apoio diminui quando as desvantagens para a retirada parecem poucas e remotas e os gastos da guerra e a perda de vidas são evidentes. Muitos daqueles que protestaram contra a Guerra do Vietnã eram motivados pela consciência, porém os EUA se retiraram daquele país devido aos custos e não pela causa. Em um determinado ponto, continuar a luta não valeu mais a pena. O mesmo pode ser dito sobre a retirada soviética da guerra civil no Afeganistão.

O apoio externo para os insurretos é outro assunto, porque aqueles que prestam apoio normalmente preferem prover armas, abastecimentos, dinheiro e outras formas de apoio, ao invés de enviar tropas. Na realidade, se muitas forças estrangeiras se deslocam para outro país a fim de atacar o seu governo, isso seria uma invasão e não uma insurreição. É verdade que o Vietnã do Norte desdobrou suas forças regulares para o Sul em certo tipo de invasão, mas o Vietnã do Norte pensou que estivesse travando uma guerra civil. O fator crucial é que a União Soviética e a China não desdobraram muitas tropas. O fato de o apoio externo ser primordialmente material, a melhor maneira de impedi-lo é interditar o fluxo de equipamento e não solapar o apoio popular ao poder externo. Esta luta é mais física que política.

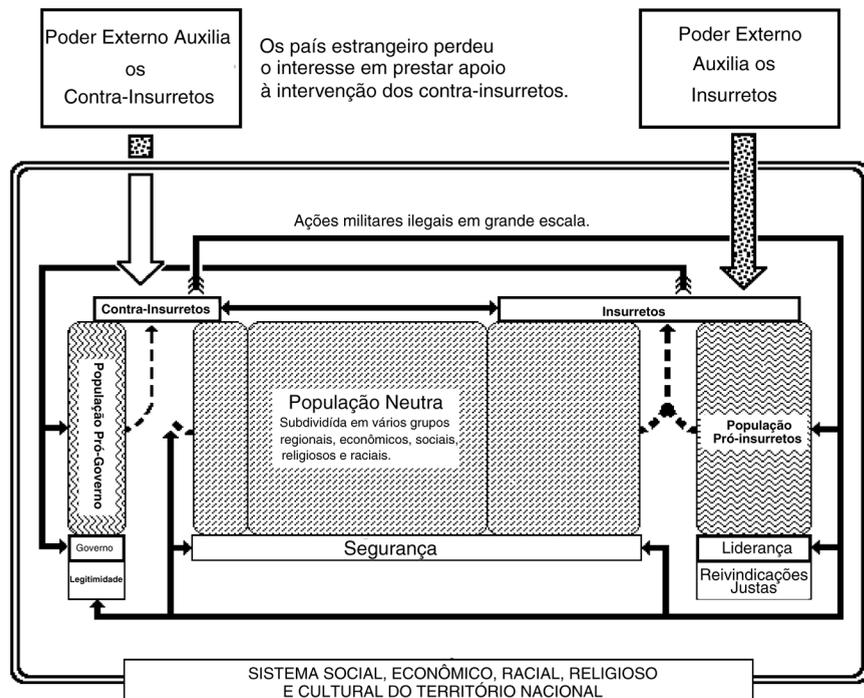


Figura 2. Modelo de uma Insurreição Bem-sucedida.

A Insurreição Bem-Sucedida

Uma insurreição durante a Guerra Fria era prova de fortes sentimentos contra o governo vigente. Os motivos de queixa que impulsionavam a resistência eram percebidos como legítimos. Os regimes vigentes não tinham condições de aliviar as queixas por razões políticas, econômicas, sociais ou culturais. Por exemplo, se o assunto fosse a desigualdade econômica, aqueles que controlavam a riqueza e as terras respaldavam o governo precisamente porque auxiliava a elite a manter seu domínio; o governo podia oferecer muito pouco aos pobres e os sem-terras sem erodir sua mais importante base de poder. Os contra-insurretos enfrentaram uma luta difícil na defesa de um regime com pouca legitimidade.

Se fossem respaldados apenas por um pequeno segmento da população, o governo e suas forças de contra-insurreição possivelmente ficariam presos em um ciclo autodestrutivo, uma espécie de círculo mortal. Para que suas ações fossem eficazes era necessária a inteligência; mas o pequeno número da população que cooperava com o governo proporcionava apenas uma limitada inteligência. Sem o auxílio da inteligência, o governo não pôde concentrar seus ataques. Por isso, executou as operações em grande escala, tais como missões de varredura, busca e destruição que estavam mais propícias a infligir violência

na população em geral. Como consequência, o governo desgastou a segurança de sua população e subseqüentemente sua própria legitimidade.

Quando o governo agiu como inimigo da população, esta se recusou a apoiar o governo na busca e coleta de inteligência. Mediante ações desorganizadas contra os insurretos, o governo passou a atacar o seu próprio fluxo de inteligência. Conseqüentemente, o governo ficou às cegas e dependente dos tipos errôneos de operações contra-insurretos, recorrendo às ações ilegais que estavam contra suas leis e o conceito de justiça de sua população. Detenções sem um motivo claro, prisões sem julgamento, tortura e execuções sumárias poderiam produzir resultados em curto prazo, porém solapariam a legitimidade do governo, levando finalmente à derrota. Por exemplo, as forças francesas de contra-insurreição empregaram métodos severos na Argélia, que provavelmente ajudaram seus esforços nesse país, mas destruíram o apoio para a guerra na França. No melhor exemplo de contra-insurreição bem-sucedida — a derrota dos insurretos marxistas na Malaya — o governo absteve-se de desobedecer a suas próprias leis.

Embora as ditaduras brutalmente repressivas empreguem o uso do terror e da tortura contra sua própria população e sobrevivam, os EUA não podem utilizar essas táticas. Qualquer ação das forças dos EUA será

sujeita a uma investigação intensa dos meios de comunicações — manter algum segredo é quase impossível. Devemos ser guiados pela moral e, mesmo que um cínico pudesse ignorá-la, os realistas ainda admitiriam que um auxílio dos EUA a regimes extremamente repressivos solaparia o apoio popular à política externa dos EUA. Durante a Guerra Fria, muitos estavam dispostos a ignorar as táticas de nossos aliados, porém ainda assim havia limites. A fotografia de um oficial da polícia de Saigon disparando publicamente na cabeça de um vie-

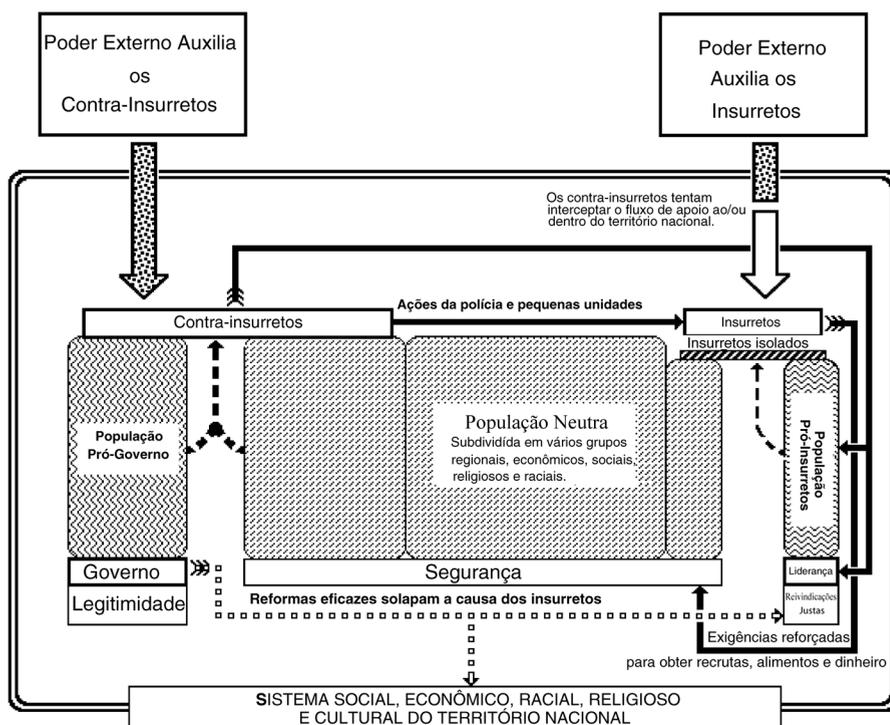


Figura 3. Modelo de Contra-insurreição Bem-sucedida.

teong suspeito tornou-se um símbolo para os opositores da guerra nos EUA.

Nas insurreições da Guerra Fria, o apoio diminuiu quando a população de uma nação estrangeira passou a simpatizar com a causa insurreta ou, mais freqüente, ficou alarmada pelos altos custos da contra-insurreição. Os argelinos ganharam sua independência ao ultrapassar o tempo da duração da resolução francesa de mantê-los sob seu domínio. Uma década depois, a população norte-americana se opôs à intervenção no Vietnã devido ao crescente número de baixas no que parecia ser uma guerra interminável.

A saída de um poder externo e a retirada de suas forças e apoio material debilitaram os contra-insurretos. Esse fato impulsionou os insurretos e, na guerra, o ímpeto equivale a vários batalhões.

Uma Contra-Insurreição Bem-Sucedida

Obcecados com o fracasso no Vietnã, os americanos, com freqüência, se esquecem que já ocorreram várias contra-insurreições bem-sucedidas, tais como a vitória filipina contra os Huks (1946-1954) e o êxito britânico na Malásia (1948-1957). Alguns consideram que o apoio prestado pelos EUA aos contra-insurretos em El Salvador durante a década de 80 foi também uma vitória, embora isso ainda seja questionável. Os insurretos foram detidos, mas somente após o apoio maciço para um grupo pequeno e repressivo da elite. Os defensores da “opção El Salvador” têm uma opinião cínica sobre a contra-insurreição.⁶ Não obstante, é possível retirar lições dos esforços fracassados, incluindo a intervenção norte-americana no Vietnã.

Em condições ideais, um esforço exitoso de contra-insurreição baseia-se não apenas na ação militar eficaz, mas também na verdadeira reforma conduzida por um governo que conta com a lealdade de sua população. Esse tipo de reforma pode reduzir as injustiças que deram legitimidade à insurreição na ótica de seus partidários e, um aumento do apoio popular incrementa a inteligência, facilitando a realização de operações concentradas contra os insurretos. Esse foi o caso quando as forças governamentais que lutavam contra os Huk obtiveram mais apoio popular, incrementando a segurança da população e conduzindo operações de contra-insurreição que minimizaram as baixas entre os não-combatentes. Em ambos os casos, das Filipinas e da Malásia, a norma era empregar as operações da polícia e de pequenas unidades militares e não as operações em massa. As forças militares aprenderam a agir demonstrando que não consideravam a população em geral como inimiga. O povo que, cada vez mais, via contra-insurretos provendo sua segurança, sentia-se mais e mais inclinado a apoiá-los e a prover inteligência vital.

A violência concentrada por um pequeno número

de contra-insurretos produziu melhores resultados com menores seqüelas. Não obstante, é contestável se este princípio justificou o emprego de “esquadrões da morte” como ocorreu no programa Phoenix no Vietnã ou em El Salvador. Sem dúvida, os líderes de uma insurreição são alvos legítimos, mas para que essa política seja eficaz, a inteligência deve ser precisa. Às vezes, aqueles que identificam outros indivíduos para serem atacados, somente querem resolver um problema pessoal. Em El Salvador, foram cometidos assassinios para silenciar as vozes legítimas da reforma e não apenas para decapitar o movimento insurreto. Neste caso, a ação “enfocada”

Em condições ideais, um esforço exitoso de contra-insurreição baseia-se não apenas na ação militar eficaz, mas também na verdadeira reforma conduzida por um governo que conta com a lealdade de sua população. Esse tipo de reforma pode reduzir as injustiças que deram legitimidade à insurreição na ótica de seus partidários e, um aumento do apoio popular incrementa a inteligência, facilitando a realização de operações concentradas contra os insurretos.

converteu-se em prova de uma ditadura e corrupção autoritária. Também, surgiram perguntas mais perspicazes. Numa luta pela legitimidade baseada na justiça, pode o governo executar seus adversários sem um julgamento? Esse foi o significado dos assassinatos dos líderes insurretos no Vietnã e El Salvador.

Sem abalar sua legitimidade, os britânicos eficazmente debilitaram os insurretos na Malásia ao isolá-los de seus partidários. Isso foi possível porque os partidários podiam ser identificados como uma minoria específica — a coletividade chinesa que trabalhava nas fazendas. Ao transferir essa população para colônias fortificadas, os britânicos mantiveram a população pró-insurgência fora do alcance dos insurretos. Ou seja, eles privaram os peixes do mar. O isolamento realizado na Malásia era literal e físico. Emblematicamente, os contra-insurretos deverão ter a capacidade de isolar os insurretos da sua base de apoio para alcançar a vitória.

Para que uma contra-insurreição seja bem-sucedida, a maioria da população deve finalmente considerar os insurretos como um elemento forasteiro, como bandidos. O mar deve secar. Esse acontecimento durante a Guerra Fria impeliu os insurretos decadentes a adotarem táticas que resultaram na sua rejeição pela população. Os insurretos transformaram-se em uma fonte de insegurança e não

de esperança. Eles precisavam de dinheiro, alimentos e recrutas. Não conseguindo obter isso de seus partidários voluntários, os insurretos extorquiam aqueles que não queriam colaborar. Perderam a nobreza da causa e se transformaram em ladrões desprezíveis.

As Lições Aprendidas

O que nos ensina um modelo histórico baseado na experiência da Guerra Fria sobre o conflito no Iraque? O êxito não pode ser alcançado sem proporcionar segurança à população em geral. A inteligência continua sendo o recurso-chave para lutar eficazmente, porque a ação militar deverá ser concentrada para evitar baixas entre os não-combatentes e a destruição desnecessária. O apoio popular dentro dos EUA é o nosso centro de gravidade mais vulnerável. Mesmo assim, existem vários fatores diferentes. A insurreição eclodiu no Iraque apenas depois que uma campanha convencional derrubou o regime de Saddam Hussein. Não começou com um ataque contra um regime nativo; foi dirigido contra as forças dos EUA e aqueles iraquianos que trabalham com elas. Durante a Guerra Fria, grandes estados estrangeiros interferiram e auxiliaram os insurretos. Nas economias e nas insurreições globalizadas de hoje, o apoio é prestado por elementos não-estatais — indivíduos e grupos islâmicos radicais dispostos a atacar o que consideram ser um país antiislâmico — os EUA. Anteriormente, as rivalidades entre as superpotências e a ideologia marxista eram importantes, mas agora os insurretos falam em termos de religião e etnia. Estas preocupações parecem ser mais imutáveis, mas ainda se

pode esperar a vitória mediante votos em vez de balas. Só o tempo dirá.

As tropas americanas devem concentrar-se tanto na construção de estados quanto no restabelecimento da paz, os quais exigem outras táticas diferentes das empregadas nas operações convencionais e uma psicologia diferente do etos do guerreiro. Para serem bem-sucedidos, os Estados Unidos deverão receber o apoio, ou pelo menos a aquiescência da maioria da população iraquiana, mas isso significará que as tropas americanas têm de aceitar riscos. Enviar patrulhas para as ruas é muito mais perigoso do que lançar bombas de uma altura de 3.000 metros.

As declarações mais estúpidas que ouço são: “eles só entendem o uso da força”, ou “se pudéssemos conduzir a guerra sem restrições, venceríamos.” A verdade é que todo o mundo entende o emprego da força e, todo o mundo pode ser batido e intimidado com a violência, mas o emprego da violência gera três coisas: ressentimento, resistência e vingança. As pessoas que insistem que o inimigo só entende o uso da força querem dizer que a força ganha respeito. Na realidade, a força normalmente só instila o temor. Não estamos querendo recriar o regime do medo de Saddam, portanto devemos usar mais do que a força.

A análise mais bem ponderada sobre a contra-insurreição no Iraque foi feita durante uma entrevista com a CNN (rede de notícias dos EUA) por um coronel não identificado, o qual declarou que não podemos ganhar os corações e as mentes dos iraquianos, mas podemos oferecer segurança e estabelecer a confiança. O apoio da maioria da população está na segurança e no ambiente de onde pode surgir um novo e melhor estado. **MR**

Referências

1. CLANCY Tom, com ZINNI, General (Res) Anthony, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA., e KOLTZ, Tony, *Battle Ready* (Nova York: G.P. Putnam and Sons, 2004), p. 424.
2. BARNETT, Thomas P.M.; *The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-first Century* (Nova York: G.P. Putnam and Sons, 2004).
3. ASPREY, Robert: *War in the Shadows* (Garden City, Nova York: Doubleday and Company, Inc., 1975).
4. Ver a análise do terrorismo em LYNN, John A., *Battle: A History of Combat and*

Culture, revisado e ampliado (Boulder, Colorado: Westview Press, 2004), epílogo.

5. Ver a minha consideração desta dinâmica em “War of Annihilation, War of Attrition, and War of Legitimacy: A Neo-Clausewitzian Approach to Twentieth-Century Conflicts,” *Marine Corps Gazette* 80, p. 10 (outubro de 1996).

6. Aqueles entusiastas da opção de El Salvador podem ler Mario Lunga Uclés, *El Salvador in the Eighties: Counterinsurgency and Revolution* (Filadélfia: Temple University Press, 1996) para uma opinião marxista moderada e explícita.

O Dr. John A. Lynn é Professor de História na University of Illinois, Urbana-Champaign. Possui o título de Bacharel pela University of Illinois, o de Mestre pela University of California, Davis e o de Ph.D pela University of California, Los Angeles. É autor do livro Battle: A History of Combat and Culture, 2ª edição revisada (Boulder, Colorado: Westview Press, 2004). O autor gostaria de agradecer a Glenn Harned por suas contribuições fundamentais para este artigo, e a Fred Jaher por seu auxílio na edição.